

# REMÍGIO FRANCISCO – ARQUITECTO SETECENTISTA SUBSÍDIOS PARA UMA BIOGRAFIA

## REMÍGIO FRANCISCO – An 18<sup>th</sup> CENTURY ARCHITECT CONTRIBUTION TO A BIOGRAPHY

Carlota da Silva Cortesão

ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, Portugal

ccortesao@campus.ul.pt

### RESUMO

O arquitecto Remígio Francisco é um dos artistas setecentistas, cuja actividade conhecida resume-se, parcialmente, à que exerceu associada à reconstrução de Lisboa pós-terramoto de 1755. O seu percurso pessoal, a par da actividade exercida antes desta catástrofe, permanecem desconhecidos. Esta lacuna acarreta uma expectável dificuldade de investigação do seu estudo, e uma subvalorização da obra deste arquitecto.

Com a presente contribuição intenta-se complementar os escassos dados biográficos, aprofundar do conhecimento sobre o arquitecto Remígio Francisco.

### PALAVRAS-CHAVE

Remígio Francisco | Biografia | Arquitectura | Século XVIII | Lisboa pombalina

### ABSTRACT

Remígio Francisco is one of the 18<sup>th</sup> century's architects whose partially known activity is the one he exercised associated with the reconstruction of Lisbon after the earthquake of 1755. His personal life, along with the activity carried out before this catastrophe, remains unknown. This gap will result in an expected difficulty in researching his professional activity, and in an undervaluation of this architect's work.

With this contribution is intended to complement the scarce biographical data, and to provide the deepening of the knowledge about architect Remígio Francisco.

### KEYWORDS

Remígio Francisco | Biography | Architecture | 18<sup>th</sup> century | Pombaline Lisbon

## INTRODUÇÃO

O arquitecto Remígio Francisco, ou Remígio Francisco de Abreu, como vem amiúde referenciado na historiografia portuguesa, exerceu a sua actividade ao longo dos reinados de D. João V, D. José I e D. Maria I, sendo mais conhecida a desempenhada logo após o terramoto de 1755.

Neste artigo pretende-se contribuir para um maior esclarecimento da sua biografia, complementando a tão parca informação existente sobre este arquitecto do século XVIII. Neste sentido recorreremos à análise de fontes manuscritas, muitas delas inéditas, conjugando com a importância que então assumia a escolha dos padrinhos de baptismo, o que nos permitiu descortinar relações sociais, e potenciais proximidades de âmbito profissional, alargando o nosso campo de pesquisa e subsequente informação.

Quanto ao trajecto profissional de Remígio Francisco, foi Arquitecto do Senado Municipal<sup>1</sup>, e ajudante da Casa do Risco (Machado, 1823: 201) “sem grande expressão pessoal” (Pereira, 1995: 159), um dos que se remeteram “a obras repetitivas ou a trabalhos ro-

tineiros a que os seus cargos obrigavam” (Pereira, 1995: 159). A par dessas breves notas, os seus dados pessoais são “completamente desconhecidos” (Rossa, 1989: 14) a que juntaríamos a enorme lacuna quanto à sua actividade profissional, sobretudo a do período anterior ao sismo de 1755.

Envolvido na reconstrução de Lisboa, Remígio Francisco tem “o seu nome ligado a algumas igrejas” (França, 1987: 189-190; 202) em particular à construção das igrejas paroquiais de São Paulo, do Santíssimo Sacramento (França, 1987: 190; Pereira, 1995: 159), da Conceição Nova (França, 1987: 202; 359; Pereira, 1995: 159), esta, entretanto, demolida em 1951 para dar lugar à Caixa Geral de Depósitos<sup>2</sup>, e ainda à reedificação do antigo Convento e Igreja de Corpus Christi (Soromenho, 2004: 116; Santos, 2004a: 130; Santos, 2004b). Mais recentemente, é atribuída ao dito arquitecto “a traça dos portais de desenho requintado do acrescimento da fachada” do Palácio da Família Miranda Henriques no Campo de Sant’Ana, conforme consta em contratos por José Joaquim Miranda Henriques de 1748 (Matos; Paulo, 2013: 81-83; 92-93).

## NATURAL DA AZOEIRA, TÃO PERTO DE MAFRA

O arquitecto Remígio Francisco nasceu na paróquia da Azoieira, termo de Torres Vedras, onde foi baptizado a 1 de Janeiro de 1707 na Igreja de S. Pedro de Grilhões, filho de André Francisco e de Joana da Conceição<sup>3</sup>. Foram seus padrinhos Francisco Vieira de Lisboa e Mariana da Conceição moradora no mesmo lugar.

Seu pai, André, natural da Azoieira<sup>4</sup> e sua mãe, Joana, nascida em S. Domingos da Fanga da Fé, Encarnação<sup>5</sup>, contraíram matrimónio a 5 de Março de 1696<sup>6</sup> nesta mesma Igreja de S. Domingos.

Seus avós paternos, Bartolomeu de Abreu<sup>7</sup> e Maria Francisca<sup>8</sup> são ambos naturais da Azoieira, onde se casaram a 11 de Novembro de 1657.<sup>9</sup> Seus avós maternos, João Domingos e Domingas Simoa, em 1696 eram moradores nos casais de S. Domingos, Encarnação, onde residiam desde pelo menos 1652.<sup>10</sup> Nada consta em relação a qualquer ofício exercido por seu pai, ou pelos avós.

Remígio Francisco é o mais novo de cinco irmãos<sup>11</sup>, ficando aos 5 anos órfão de mãe, falecida em

1 Após a morte de Mateus Vicente, a 16 de Março de 1785, Remígio Francisco é nomeado para o cargo de arquitecto das Obras da Cidade tendo então concorrido também, José Manuel de Carvalho e Negreiros, filho de Eugénio dos Santos e Joaquim de Oliveira, ambos arquitectos e medidores da casa das obras dos Paços Reais; Arquivo Municipal de Lisboa-Arquivo Histórico (AML-AH), Chancelaria Régia, Livro 11 de consultas e decretos de D. Maria I, doc. 23, fls. 63-63 v.

2 Arquivo Histórico-Caixa Geral de Depósitos (AH-CGD), pasta 27, caixa 4, pp. 1-3.

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Paroquiais de Mafra, Azoieira, liv. M3 – 1690-1713, fl. 10 v.

4 ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoieira, liv. M2 – 1650-1710, fl. 47.

5 ANTT, Paroquiais de Mafra, Encarnação, liv. B1 – 1657-1717, fl. 16 v.

6 ANTT, Paroquiais de Mafra, Encarnação, liv. M3 – 1657-1717, fl. 119 v.

7 Filho de Domingos d’Abreu e Maria Gomes, foi baptizado a 10 de Março de 1632, ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoieira, liv. M2 – 1602-1703, fl. 53.

8 Filha de Domingos Fernandes e Hieronima João, talvez desta mesma freguesia de Mafra.

9 ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoieira, liv. M2 – 1602-1703, fls. 203-203 v.

10 Ano do baptismo da filha Maria. ANTT, Paroquiais de Mafra, Encarnação, liv. M2 – 1636-1657, fl. 47.

11 Todos nascidos na Azoieira entre 1697 e 1707. ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoieira, liv. M3 – 1690-1713, fl. 10 v.

1712 sem deixar testamento.<sup>12</sup> O óbito de seu pai, então ainda viúvo, ocorre em 1728, embora sem testamento, nomeou “terça”<sup>13</sup> (Houaiss; Villar, 2001; Caldas; Dilmann, 2013) a sua filha Barbara e seus filhos.<sup>14</sup>

A 4 de Janeiro de 1738<sup>15</sup> realizou-se o casamento de Remígio Francisco com Marcelina Josefa<sup>16</sup> na Igreja de S. Pedro dos Grilhões da Azoeira, sendo

testemunhas o R.do P.e António Franco da Silva e António Ribeiro. Neste assento anotaram-se os locais onde os contraentes se desobrigaram a “quarismas próximas e passadas”, respectivamente na freguesia da Pena e na Igreja de Santa Justa da Cidade de Lisboa. Tais dados facultam a pesquisa em “Rol dos Confessados” (ou desobrigas) destas duas igrejas de Lisboa, e assim aceder a importantes informações sobre ambos (Rijo, 2011: 4-5).

## A VIDA EM LISBOA E A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA

Inicialmente Remígio Francisco e sua mulher vão viver na freguesia dos Anjos, desde 1738 até 1753<sup>17</sup>, mudando-se depois para a freguesia da Pena por volta de 1755<sup>18</sup>, onde permanecem pelo menos até cerca de 1760<sup>19</sup>, altura em que já se encontram a morar

na Rua do Carrião na freguesia de S. José. Deduzimos esta sequência cronológica a partir das datas de baptismo dos seus 13 filhos (Quadros 01 e 02). Além destes, uma filha Ana Isabel terá nascido na freguesia da Pena ou de S. José, mas desta apenas encontramos o seu assento de óbito.

### Quadro 01 – NOME, LOCAL E A DATA DE BAPTISMO DOS FILHOS DE REMÍGIO FRANCISCO NASCIDOS NA FREGUESIA DOS ANJOS, ENTRE 1738 E 1753

Anjos									
	António	Maria	Francisco	Luiza	Vicente	Ana	Tomás	Nicolau	Joaquim
	1738	1740	1741	1743	1745	1746	1748	1750	1753

Fonte: ANTT – Assentos paroquiais, registos de baptismo da Paróquia dos Anjos. <https://tombo.pt/f/lisb06>.

12 ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoeira, liv. M3 – 1690-1713, fl. 77.

13 Terça – a terça parte da herança de que o testador podia dispor livremente.

14 ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoeira, liv. O2 – 1714-1767, fl. 39.

15 ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoeira, liv. C2 – 1714-1770, fl. 65 v.

16 Filha de João Machado e de Josefa Maria, “moradores na Caneira desta Igreja”, onde a nubente foi baptizada a 24 de Julho de 1717.

17 Habitando na Rua de Santa Bárbara e depois na Rua Direita às fontainhas.

18 Moradores na Rua de S.º António, e a seguir na Rua da Cruz.

19 Em Abril de 1755, antes do megassismo de 1755, viviam na Rua de Santo António, mas em Março de 1757 já estão na Rua da Cruz, onde permaneciam em Setembro de 1758.

### Quadro 02 – NOME, LOCAL E A DATA DE BAPTISMO DOS FILHOS DE REMÍGIO FRANCISCO NASCIDOS NA FREGUESIA DA PENA ENTRE 1755 E 1758 E NA DE S. JOSÉ EM 1760

Pena			
	Maria	José	Maria
	1755	1757	1758

S. José	
	José
	1760

Fonte: ANTT- Assentos paroquiais, registos de baptismo da Paróquia da Pena e da paróquia de S. José, respetivamente, <https://tombo.pt/f/lb24> e <https://tombo.pt/f/lb45>.

## AS RELAÇÕES PROFISSIONAIS E RESSONÂNCIAS FAMILIARES

A partir destes assentos elencamos os padrinhos (Quadros 01 e 02), o que nos permitiu discernir uma rede de ligações destes com o arquitecto Remígio Francisco, estas essencialmente de âmbito profissional. Passemos então a especificá-las (Quadro 03).

### Quadro 03 – NOME DOS PADRINHOS E SEUS AFILHADOS

Os "Ludovice"	D. <sup>or</sup> M. <sup>el</sup> Pinto da Silva	Jorge de Abreu	Francisco Xavier Pinto	Dez. <sup>or</sup> M. Martins	Dez. <sup>or</sup> A. Metelo	Os "Rodrigues Caldas"	Dez. <sup>or</sup> G. Baptista Gravo
António	Maria	Francisco	Vicente	Tomaz	Nicolau	Joaquim	Maria
Ana	Luiza					Maria	
						José	
						José	

Destacamos a ligação à "família Ludovice", expressa na pessoa do arquitecto alemão João Frederico Ludovice ao serviço de D. João V, destacado na "factura da obra do Convento de Mafra", além de desenhos que delineou para Obras Reais, caso da Capela mor de S. Domingos, e da Sé de Évora (Sousa Viterbo, 1988: 176-177), e que já no reinado de D. José em 1750, recebe o título de Arquitecto mor do Reino e graduação de Brigadeiro de Infantaria (Sousa Viterbo, 1988: 178-179), e que supomos ter esse Arquitecto mor assumido par-

ticular importância na formação e no percurso profissional de Remígio Francisco.

Tal proximidade à esta família é evidenciada atendendo aos padrinhos de António<sup>20</sup> e de Ana<sup>21</sup>, respetivamente, António Henrique Ludovice, e de Caetano Ludovice<sup>22</sup>, ambos filhos do arquitecto João Frederico Ludovice, revelando uma proximidade a esta família pelo menos desde 1738 e reforçada em 1746, anos destes baptismos (Quadros 01 e 03). Sendo então os padrinhos menores, e apenas consta a madrinha de

20 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B7 – 1736-1742, fl. 24.

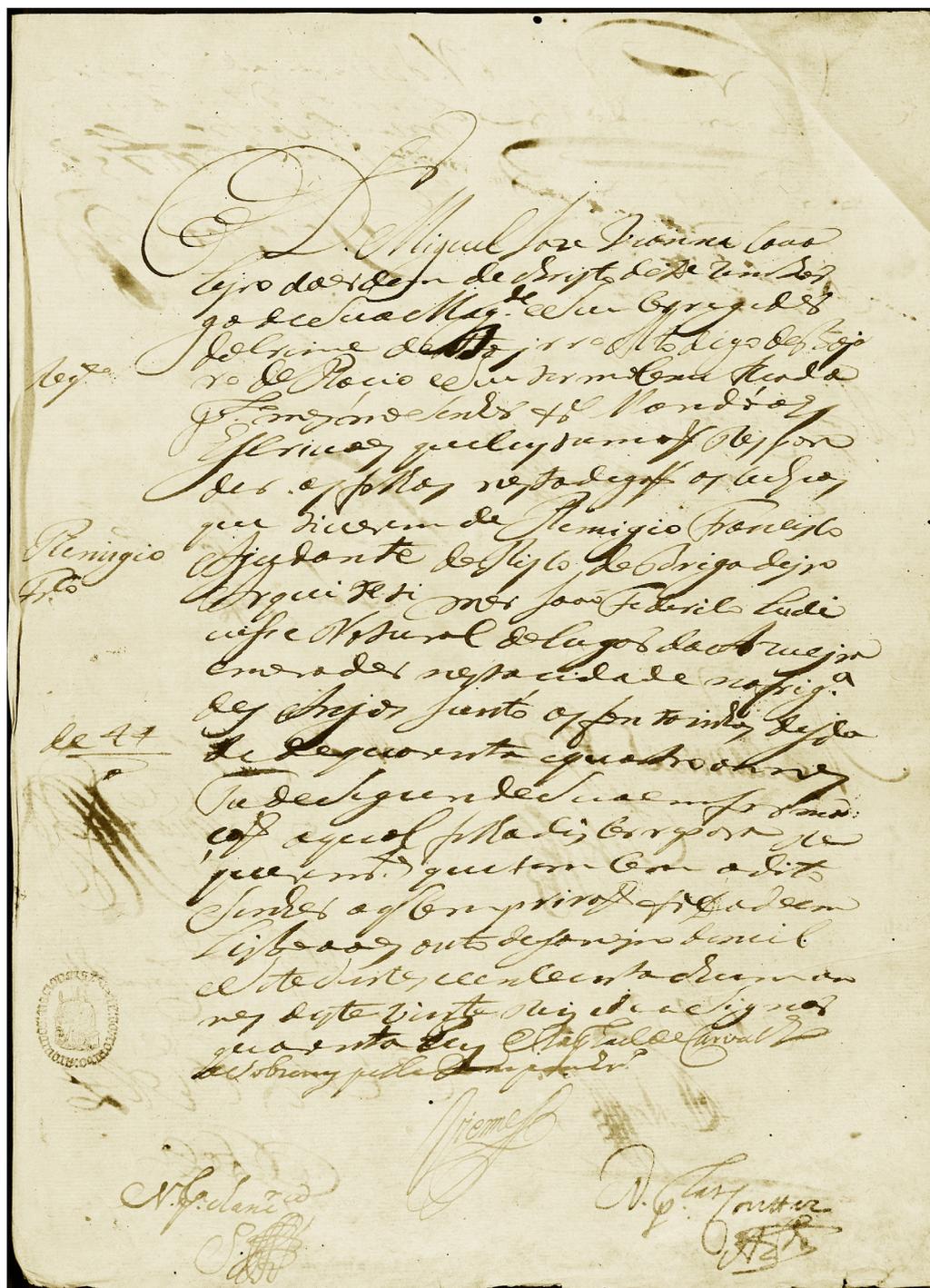
21 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B8 – 1742-1747, fl. 186.

22 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Socorro, B9 – 1729-1736, fl. 14 v; fl. 172 v; então com 9 e 8 anos de idade.

António, Luiza Teresa “por procuração de seu marido” Manuel Quintino Rangel.<sup>23</sup>

Este laço aos “Ludovice” é confirmado no Processo de Leitura de Bacharel de Remígio<sup>24</sup>, onde se diz ser

“Remígio Francisco Ajudante de Risco do Brigadeiro Architecto mor João Frederico Ludovisse”, em Lisboa a 8 de Janeiro de 1751, aquele então com 44 anos e morador na “freguesia dos Anjos, às fontainhas” (Fig. 01).



**Fig. 01.** Documento alusivo a Remígio Francisco enquanto ajudante de risco do Arquitecto-mor João Frederico Ludovisse. ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra R, mc. 1, n.º 28 PT/TT/DP/A-A/5-3-14/1/28. Imagem cedida pelo ANTT.

23 Estes moradores às Fontainhas, na freguesia dos Anjos em 1740, quando do nascimento do filho Manuel.

24 ANTT, Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra R, mc. 1, n.º 28, fl. 1.

Colocamos a hipótese de Remígio Francisco ter trabalhado não só com João Frederico Ludovice, mas também com seu filho João Pedro Ludovice, conforme consta em requerimento por Remígio Francisco (Braga, 2021: 654-655) datado de 1786, sugerindo a sua participação na real obra do Convento de Mafra.

Em 1740, o doutor Manuel Pinto da Silva é padrinho de Maria<sup>25</sup>, sendo madrinha Mariana Josefa dos Reis “por procuração de António Ribeiro de Almeida”, e em 1743 de Luiza<sup>26</sup>, aqui não estando anotada a madrinha, e nada encontramos de esclarecedor quanto à escolha deste padrinho (Quadros 01 e 03).

Considerando o “mester de pedreiro”, associamos os padrinhos com este ofício, caso de Jorge de Abreu, padrinho de Francisco<sup>27</sup> em 1741 “por procuração de Silvestre da Silva”, e o de Francisco Xavier Pinto, que em 1745 apadrinha Vicente<sup>28</sup>, sendo sua madrinha Engracia Maria Teresa “por procuração de seu marido António de Almeida” (Quadros 01 e 03).

Ambos mestres pedreiros, Francisco Xavier Pinto já exercia o ofício em 1734<sup>29</sup>, e Jorge de Abreu, estando este activo em Lisboa entre 1733 e 1750 (Berger, 1994: 284), recebe a carta do ofício de Mestre Pedreiro dos Paços Reais em 1746<sup>30</sup>, atendendo a este “ter assistido por mestre Pedreiro e Empreiteiro muitos anos nas Reais obras da Igreja e convento de Mafra e nesta corte nas obras da Santa Igreja Patriarchal e nas mais que se fazem junto a mesma S.<sup>ta</sup> Igr.<sup>oa</sup>”. Ambos fizeram parte da sociedade de pedreiros, interveniente nas obras reais das Necessidades e de Mafra (Berger, 1994: 286, 286). Em Julho de 1753, o Tabelião Tomás Rodrigues Marques<sup>31</sup> anota o “ajuste de contas e quantias” pelos administradores da Real Obra de Mafra com seus só-

cios, entre os quais estão Jorge de Abreu, Francisco Xavier Pinto, o que reforça essa relação profissional entre estes e Remígio Francisco.

Em 1748 e em 1750, Remígio escolhe para padrinhos de seus filhos Tomaz<sup>32</sup> e Nicolau<sup>33</sup>, respectivamente os desembargadores Manuel Martins, e Alexandre Metelo (quadros 01 e 03). Este último julgamos ser o desembargador Alexandre Metelo de Sousa, filho de Manuel Cardoso Metelo.<sup>34</sup> Quanto ao Desembargador Manuel Martins, apenas encontramos o seu assento de óbito<sup>35</sup>, então morador na Rua Direita, freguesia dos Anjos, onde residia Remígio Francisco, e tendo aquele feito testamento, conforme consta do mesmo assento, pode este documento nos vir a fornecer alguma informação adicional, caso o localizemos.

Em 1737, o desembargador Alexandre Metelo adquiriu o “Palácio Mitelo”, uma casa senhorial do século XVII, conhecida por Palácio Mitelo, de arquitectura barroca (Bandeira; Vale; Ferreira, 1999 e 2002) que foi adquirida no século seguinte pelo referido Desembargador (Oliveira, 2014). Este efectuou então obras de transformação, e em 1752 “cedeu terreno para construção de uma capela, com sacristia e casa do despacho, anexa ao palácio” (Oliveira, 2014). Além da importância decorrente do cargo que detinha o referido desembargador<sup>36</sup> (Serrão, 1980: 269), a que não terá sido alheio Remígio Francisco, focamos a nossa atenção nas edificação e reedificações associadas ao “Palácio Mitelo”, equacionando uma possível participação deste arquitecto nas mesmas.

Os padrinhos de Joaquim<sup>37</sup>, Maria<sup>38</sup> e José<sup>39</sup>, nascidos em 1753, 1755 e 1757, e de José<sup>40</sup> em 1760 (Quadros 02 e 03), pertencem ambos à família dos “Rodrigues Caldas”, ricos negociantes da Praça de

25 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B7 – 1738-1742, fl. 122 v.

26 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B8 – 1742-1747, fl. 35 v.

27 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B7 – 1738-1742, fl. 202 v.

28 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B8 – 1742-1747, fl. 114 v.

29 ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, habilitações Incompletas, doc. 2034.

30 ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 36, fl. 442.

31 ANTT, 3.º Cartório Notarial de Lisboa, liv. 114, fl. 219 v.

32 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B9 – 1747-1752, fl. 27.

33 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B9 – 1747-1752, fl. 131 v.

34 ANTT, Carta, Desembargador da Casa da Suplicação, filiação: Manuel Cardoso Metelo; Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, fl. 243.

35 Faleceu a 19 de Junho de 1753, deixando testamento, ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, O4 – 1740-1753, fl. 264 v.

36 ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, fl. 243 v.

37 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B10 – 1752-1757, fl. 101 v.

38 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Pena, B10 – 1753-1760, fl. 40.

39 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Pena, B13 – 1753-1760, fl. 84 v.

40 ANTT, Paroquiais de Lisboa, S. José, B9 – 1757-1763, fl. 125.

Lisboa (Pedreira, 1996: 363, 369; Araújo, 1993: 12-13), João Rodrigues Caldas<sup>41</sup> padrinho de Joaquim e de José, e Luís Rodrigues Caldas dos restantes baptizados.<sup>42</sup> A par das múltiplas actividades como ricos e poderosos homens de negócios, João Rodrigues Caldas possuía propriedades, designadamente na freguesia do Castelo<sup>43</sup>, e aos irmãos Rodrigues Caldas é atribuída a edificação do “Palácio Caldas”, um exemplar de arquitectura residencial pombalina (Vale; Ferreira, 2002), construção esta efectuada entre 1765 e 1775 (Banha, 2017: 8). Como se traduzirá na prática do arquitecto Remígio Francisco esta sua proximidade aos “Rodrigues Caldas”?

Não menos interessante, a escolha em 1758 para padrinho de Maria<sup>44</sup> do desembargador Guilherme Baptista Garvo<sup>45</sup>, bacharel em Leis em 1750<sup>46</sup>, filho do capitão António Baptista Gravo<sup>47</sup> (Quadros 02 e 03). Em 1756, Guilherme Baptista Garvo, nascido em Lisboa<sup>48</sup>, ainda morava na real Vila de Mafra, onde residia “desde menor de idade”, e onde seu pai fora “assistente na dita vila por mais de 40 anos”.<sup>49</sup> Apesar da crescente importância que o desembargador assumiu após o terramoto de 1755, com a incumbência de participar no tombo das propriedades arruinadas das freguesias de São Bartolomeu e São Cristóvão, então como “juiz do crime do Bairro do Castelo, com predicamento de correição”<sup>50</sup>, nosso interesse foca-se na sua filiação.

De facto, seu pai, o capitão António Baptista Garvo<sup>51</sup>, pertencia aos Garvo, “uma família de artistas italianos da Lisboa seiscentista e setecentista” (Vale,

2013: 217), que se destacaram como “escultores, pedreiros e comerciantes de pedraria” em importantes obras do reinado de D. João V (Vale, 2013: 175-176; 185). António Baptista Garvo, contratado que fora como assistente, como mestre empreiteiro, nas obras de Mafra ou ainda nas do Aqueduto das Águas Livres (Vale, 2013: 181-182; Pereira, 1995: 62), será lembrado em mercê régia pelo bem que serviu “no exercício das reais obras de Mafra e outros particulares motivos”.<sup>52</sup> Realçamos, ainda, que seu tio Carlos Baptista Garvo foi um dos mestres de sociedades estabelecidas para obras, entre as quais uma relacionada com as de Mafra, como aponta o tabelião António Rodrigues Marques num “Ajuste de contas e quantias” em Julho de 1752.<sup>53</sup>

Na opção por este padrinho antevemos uma aproximação “indirecta” de Remígio Francisco a Carlos Baptista Garvo e ao arquitecto António Baptista Garvo, este já então como “empreiteiro integrando uma sociedade de mestres empreiteiros” (Vale, 2013: 181), aliás sociedade essa a que se refere Guilherme Baptista Garvo em 1785<sup>54</sup>, onde seu pai fora tesoureiro.

Toda esta “teia de conhecimentos”, que delineamos, assaz ancorada em relações pessoais, mas também nas profissionais, confirmadas pela documentação até agora analisada, permite não só antever a ascensão social da família Remígio Francisco, como abre-nos um leque alargado de potenciais obras arquitectónicas a que o mesmo arquitecto poderá estar associado, e cuja viabilidade investigaremos.

41 ANTT, Feitos Findos, Conservatória Geral de Grão-Pará e Maranhão, mç. 13, n.º 2, cx. 13, João Rodrigues Caldas – “negociante de Lisboa; acionista da Companhia de Pernambuco” conforme a diligência habilitação de António seu filho.

42 ANTT, Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, letra J, mç. 14, n.º 14, onde se diz ser Luís Rodrigues Caldas “comissario de Fazendas da Carreira do Rio de Janeiro”.

43 ANTT, Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros, liv. 1, fls. 13 v-16.

44 ANTT, Paroquiais de Lisboa, Pena, B10 – 1753-1760, fl. 125.

45 Desembargador na Relação do Porto; ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 5, fl. 289.

46 Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/G/001162.

47 ANTT, Mesa de Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, letra G, mç. 2, n.º 5.

48 ANTT, Assentos paroquiais, Pena, B9 – 1757-1763, fl. 131; nascido a 12 de Fevereiro de 1727.

49 ANTT, Mesa de Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, letra G, mç. 2, n.º 5.

50 ANTT, Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros, liv. 1, fl. 12 e ss.

51 ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 13, fl. 195.

52 ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 13, fl. 195.

53 ANTT, 3.º Cartório Notarial de Lisboa, liv. 113, fls. 214 v-215.

54 ANTT, Ministério do Reino, mç. 749, proc. 3, fl. 1.

## ACTIVIDADE E CARGOS LABORAIS

Quanto aos cargos que o arquitecto Remígio Francisco assumiu, as referências historiográficas portuguesas, retomando as memórias de Cyrilo (Machado, 1823: 201), referem-se aos que exerceu como “Arquitecto do Senado” (Viterbo, 1988: 201; Rossa, 1989: 14; França, 1987: 189; Berger, 1994: 269) e como “Ajudante da Casa do Risco”, sendo neste último um entre outros ajudantes de Eugénio dos Santos (Viterbo, 1988: 201; Rossa, 1989: 14; França, 1987: 189; Pereira, 1995: 159).

Antes destes cargos, podemos, pois, acrescentar que em 1751 era “ajudante de risco do Brigadeiro Arquitecto mor João Henrique Ludovice”,<sup>55</sup> com quem terá trabalhado durante 26 anos (Braga, 2021: 656), e atendendo à data de óbito deste em 1752, estimamos que Remígio Francisco terá iniciado a sua actividade junto de João Henrique Ludovice por volta de 1726, Remígio então com 21 anos. A continuidade desta proximidade profissional aos Ludovice terá sido exercida junto a João Pedro Ludovice conforme já sugerido. Por esclarecer permanece o início da sua formação profissional.

No decurso da nossa pesquisa deparamo-nos com a atribuição a Remígio Francisco da “propriedade do ofício de tabelião” por mercê régia<sup>56</sup> em 1749, a que se segue em 1751, a “carta de ofício de Tabelião

Judicial e Notas da Vila de Olivença”.<sup>57</sup> Não tendo servido o ofício de tabelião em Olivença, como a sua actividade artística conhecida parece indicar, este cargo seria antes fonte de prestígio social, posto que não podia Remígio Francisco exercer a função fora da sua circunscrição territorial.<sup>58</sup>

Já com 85 anos, Remígio Francisco morre a 13 de Fevereiro de 1792<sup>59</sup> na sua casa da Rua dos Carriões em Lisboa, viúvo de Marcelina Josefa falecida em 1788<sup>60</sup>, ambos sem deixar testamento.

Dos inúmeros filhos que teve, sobreviveram os que encontramos já na fase adulta exercendo profissões diversas: o escultor António Machado (1738-1810)<sup>61</sup>, discípulo de José de Almeida (Pamplona, 1978: 13-14; Saldanha, 2007: 79), Joaquim José Machado (1753-1832)<sup>62</sup>, escrivão da Correição em Castelo Branco<sup>63</sup>, Cavaleiro fidalgo<sup>64</sup>, e Francisco Xavier Machado (1741-?), Capitão de Engenharia, referenciado nas construções/cartografia de fortificações nos Açores<sup>65</sup>, exercendo as funções desde 1763 a 1789.<sup>66</sup>

Das filhas, apenas de Luiza e de Maria não encontramos os óbitos, e em 1844 achamos o falecimento de Ana Isabel solteira, moradora na Rua do Carrião, freguesia de S. José, mas cujo nascimento não localizamos.

55 ANTT, Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra R, mç. 1, n.º 28.

56 ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 40, fl. 127.

57 ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 2, fl. 222.

58 Agradecemos ao Dr. Jorge Testos estas especificações.

59 ANTT, Paroquiais de Lisboa, S. José, B8 – 1788-1803, fl. 54.

60 ANTT, Paroquiais de Lisboa, S. José, B7 – 1768-1790, fl. 152 v.

61 ANTT, Paroquiais de Lisboa, S. José, O9 – 1808-1816, fl. 95 v. António faleceu solteiro na Rua do Carrião, onde também tinham falecido seus pais.

62 ANTT, Paroquiais de Lisboa, S. José, O11 – 1832-1844, fl. 2 v. Joaquim faleceu na R. do Carrião, casado em 1790 com D. Maria do Carmo de Saldanha, e foi sepultado no Convento dos Religiosos Capuchos de Santo António.

63 Arquivo Histórico Militar (AHM), Correição e Ouvidoria de Castelo Branco. Em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=102412&ht=joaquim> (Acesso: 04 Janeiro 2021).

64 ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 29, fl. 87 v.

65 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Coleção de cartografia manuscrita, PT/AHU/CARTM. Em: <https://ahu.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/24/2016/09/PT-AHU-CARTM-A%C3%87ORES.pdf> (Acesso: 11 Dezembro 2021).

66 ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 10, fl. 204 v.

## CONCLUSÃO

Destas breves notas clarificadoras da biografia de Remígio Francisco, decorrem inúmeras questões a considerar numa pesquisa aturada sobre a obra deste arquitecto activo ao longo do século XVIII, e cujo percurso profissional terá sido profundamente marcado pelo megassismo de 1755. Supomos, que antes desta catástrofe terá exercido o seu ofício sobretudo ligado à arquitectura civil, para depois, já integrado na Casa do Risco das Obras da Cidade ter maior peso a arquitectura religiosa, prevalecendo a vertente associada à reconstrução de Lisboa.

Haverá uma marcada diferença na actividade, na prática arquitectónica de Remígio Francisco após 1755? Será um ponto de charneira a sua integração como arquitecto da Casa do Risco das Obras da Cidade? Qual a importância na sua expressão artística e arquitectónica associada à reconstrução de Lisboa?

Estas e outras interrogações surgem com esta abordagem à biografia de Remígio Francisco, e para as quais esperamos encontrar algumas respostas num estudo aprofundado que estamos a desenvolver.

## FONTES

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, CARTM, Cartografia manuscrita 1601/1975, Açores 1769 a 1899-10-15

ANTT, Cartório Notarial de Lisboa, Livro do distribuidor n.º 113, cx. 35

ANTT, Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra J, mc. 14, n.º 14

ANTT, Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra R, mc. 1, n.º 28

ANTT, Feitos Findos, Conservatória Geral de Grão-Pará e Maranhão, mc. 13, n.º 2, cx. 13

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros, liv. 1

ANTT, Mesa de Consciência e Ordens, habilitações para a Ordem de Cristo, letra G, mc. 2

ANTT, Ministério do Reino, mc. 749, proc. 3

ANTT, Paroquiais de Lisboa, Anjos, B10 – 1752-1757; B7 – 1736-1742; B8 – 1742-1747; B9 – 1747-1752; O4 - 1740-1753.

ANTT, Paroquiais de Lisboa, Pena, B10 – 1753-1760; B13 – 1753-1760; B9 – 1757-1763.

ANTT, Paroquiais de Lisboa, S. José, B7 – 1768-1790; B8 – 1788-1803; B9 – 1757-1763; O11 – 1832-1844; O9 – 1808-1816.

ANTT, Paroquiais de Lisboa, Socorro, B9 – 1729-1736.

ANTT, Paroquiais de Mafra, Azoeira, C2 – 1714-1770; M2 – 1602-1703; M2 – 1650-1710; M3 – 1690-1713; M3 – 1690-1713; O2 – 1714-1767

ANTT, Paroquiais de Mafra, Encarnação, B1 – 1657-1717; M3 – 1657-1717.

ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José I, livs. 2, 13.

ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, 36, 40.

ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, livs. 5, 10, 29.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, habilitações Incompletas, doc. 2034.

### Arquivo da Universidade de Coimbra

AUC, Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1537-1919 – Guilherme Batista Garvo. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/G/001162. Em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=177567&ht=guilherme|batista|garvo> (Acesso: 04 Janeiro 2021)

### Arquivo Municipal de Lisboa-Arquivo Histórico

AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 11 de consultas e decretos de D. Maria I, doc. 23, fls. 63-63 v.

### Arquivo Histórico-Caixa Geral de Depósitos

AH-CGD, “As demolições e as aquisições”, Nota do Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 2015, pasta 27, caixa 4.

### Arquivo Histórico Militar

AHM, Correição e Ouvidoria de Castelo Branco. Em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=102412&ht=joaquim> (Acesso: 04 Janeiro 2021)

### Arquivo Histórico Ultramarino

AHU, Coleção de cartografia manuscrita. Em: <https://ahu.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/24/2016/09/PT-AHU-CARTM-A%C3%87ORES.pdf> (Acesso: 12 Novembro 2021).

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Norberto de – *Peripetivas em Lisboa*, vol. II. Lisboa: Vega, 1993.
- BANDEIRA, Filomena; VALE, Teresa; FERREIRA Maria – “Palácio do Mitelo”. *Sistema de informação para o património arquitectónico*, 1999, 2002. Em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=7819](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7819) (Acesso: 15 Setembro 2021).
- BANHA, Maria João C. Ferreira – *Palácios perdidos no tempo*. Lisboa: Instituto superior Técnico, Universidade de Lisboa, 2017 (Dissertação de mestrado em Arquitectura). Em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/1691203502342917> (Acesso: 04 Janeiro 2021)
- BERGER, Francisco José Gentil – “Mestres pedreiros activos na região de Lisboa”. *Lisboa e os arquitectos de D. João V. Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1.ª edição, 1994.
- BRAGA, Sofia – “Eis o exímio pintor, douto Cyrillo, tão grande na lição como no estilo”: *dinâmicas artísticas na obra de Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823)*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2021 (Tese de doutoramento).
- CALDAS, Claudia Rodrigues; DILMANN, Mauro – “Desejando por a minha alma no caminho da salvação’: modelo católico de testamentos no século XVIII”. *História Unisinos*, 17: 1 (Janeiro/Abril 2013), 1-11. Em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2013.171.01/1431> (Acesso: 04 Janeiro 2021).
- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora, 3.ª edição revista e actualizada, 1987.
- HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Sales – “Terça”. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, vol. VI. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- MACHADO, Cirilo Volkmar – *Colecção de memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos e gravadores portugueses, e dos estrangeiros que estiverão em Portugal/ recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado, pintor ao serviço de S. Magestade o senhor D. João VI*. Lisboa: na Impr. De Victorino Rodrigues da Silva, 1823.
- MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira – “Estudo Históricos e Patrimoniais. Conjunto de Propriedades Seleccionadas na Colina de Sant’Ana 2012-2013”. *Colina de Santana. Documento Estratégico de Intervenção*. Lisboa: CML/DMPRGU, 2014, pp. 333-356 [73-96]. Em: [https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade\\_temas/urbanismo/reabilitacao\\_Urbana/aru/pat\\_colina\\_santana/pat\\_colinaSantana\\_estartegico.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/reabilitacao_Urbana/aru/pat_colina_santana/pat_colinaSantana_estartegico.pdf) (Acesso: 21 Fevereiro 2020)
- OLIVEIRA, Lina – “Palácio Mitelo”, MENDONÇA, Isabel; CARITA, Helder (ccod.) – *A casa senhorial*, 2014. Em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-lista/150-palacio-mitelo> (Acesso: 04 Janeiro 2021)
- PAMPLONA, Fernando de – *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*, IV. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 2.ª edição (actualizada), 1978.
- PEDREIRA, Jorge Miguel – “Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)”. *Análise Social*, XXXI (135-137) (1996, 2.º-3.º), 355-379.
- PEREIRA, José Fernandes – *O barroco do século XVIII*. PEREIRA, Paulo (Dir.) – *História da Arte de Portugal*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- RIO, Delmira M. M. – *A representação da freguesia de Santa Justa (Lisboa) nos róis dos confessados (1693-1702)*. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2011 (Dissertação de mestrado). Em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7291/1/SantaJusta1693.pdf> (Acesso: 04 Janeiro 2021).
- ROSSA, Walter – “Abreu, Remígio Francisco de (?-?)”. PEREIRA, José Fernandes (dir.); PEREIRA, Paulo (Coord.) – *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- SALDANHA, Sandra Costa – “A arte de inventar ou o ‘talento de bem furta’: os arquétipos da escultura portuguesa de Setecentos”. *Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos – “Convento de Corpus Christi”. *Conventos LX: da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX*, 2015 e 2018. Em: [http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha\\_imprimir.aspx?id=657](http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha_imprimir.aspx?id=657) (Acesso: 14 Novembro 2020).
- \_\_\_\_\_ – “O convento Corpus Christi: em busca do convento perdido”. *Monumentos*, 21 (Setembro de 2004), 124-131.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.
- SOROMENHO, Miguel – “O convento Corpus Christi: um caso de estudo”. *Monumentos*, 21, (Setembro de 2004), 116-131.
- VALE, Teresa – “Os Garvo: uma família de artistas italianos em Lisboa e o seu papel no contexto da arte portuguesa de seiscentos e setecentos”. ALESSANDRINI, Nunziatella, et al. (orgs.) – *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos italianos: história e arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Beneviste”, Faculdade de Letras de Lisboa, 2013, pp. 175-188.
- VALE, Teresa ; FERREIRA, Maria – “Palácio Caldas”, *Sistema de informação para o património arquitectónico*, 2002. Em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=20399](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20399) (Acesso: 02 Novembro 2020).
- VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.